

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CIGANOS E IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES NAS PÁGINAS DO JORNAL “O ESTANDARTE” (1871)

Daniela Simiqueli Durante¹

Universidade Federal do Espírito Santo

danisimiqueli@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como principal objeto de análise o jornal capixaba *O Estandarte*. A intenção desse estudo é compreender por meio de um ensaio publicado em três edições do periódico, em 1871, as representações dos ciganos construídas pela sociedade do período elencado. É importante salientar o momento em que este texto é publicado: a introdução no cenário brasileiro de teorias do pensamento, tais como o Positivismo e o Darwinismo. Assim, tem-se, a partir de 1870, a formação de uma geração de intelectuais brasileiros – militares, burgueses e profissionais liberais, entre os quais médicos e bacharéis em Direito- que compactuados com o Evolucionismo e a Criminologia, almejavam a reestruturação da sociedade brasileira dentro dos padrões da civilidade europeia. Não se tratava, contudo, de uma proposta revolucionária que almejava a construção de uma sociedade igualitária. Os preceitos desse grupo de intelectuais, apesar de revestidos por uma política científica, caracterizavam-se pelo conservadorismo e exigiam uma mudança controlada das instituições, ocasionadas pela reconfiguração da economia urbana e ampliação do mercado consumidor, sendo necessária a adoção de concepções que validassem a exclusão de forma idônea. A popularização destas correntes de pensamento foi garantida como forma de controle do tecido urbano, cerceando e reprimindo as minorias sociais e étnicas em nosso país, como foi o caso dos ciganos. Compreende-se que a imprensa, que circulava no período estudado, tornou-se uma importante fonte de pesquisa, pois, por meio dela, é possível investigar as transformações político-sociais do Oitocentos ocorridas em território brasileiro e, conseqüentemente no Espírito Santo. Acontecimentos que foram calcados nos novos valores anunciados pela modernidade, progresso e conservação da família sob a ótica do modelo burguês. Tal projeto modernizador excluiu a população de despossuídos nas cidades, os escravos, os mestiços e os ciganos. A corporificação do liberalismo e do racismo nos processos políticos da sociedade brasileira, do final do século XIX, tinham como intuito o estabelecimento das diferenças sociais que determinaram a existência de uma hierarquia social rígida capaz de estabelecer critérios distintos de cidadania.

Palavras-chave: Ciganos- Imprensa Capixaba-Representações

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pedagoga pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU) e professora da Rede Municipal de Anchieta.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CIGANOS: PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INEXISTÊNCIA

Os primeiros registros dos ciganos no Ocidente ocorreram a partir do século XV. Atualmente, não restam dúvidas que os ciganos se originaram na Índia por meio de diversas ondas migratórias há cerca de mil anos. Pesquisas de cunho linguístico e antropológico apontam uma origem proveniente do noroeste da Índia, atual Paquistão, porém, por serem uma minoria étnica tradicionalmente ágrafa, a maioria dos relatos sobre as populações ciganas, a partir deste período, foram narrados pelos não- ciganos de forma folclorizada que os representavam por meio de “[...] imagens contraditórias que oscilam entre sentimentos de liberdade e alegria como de repulsa, indolência e marginalidade” (DURANTE, 2014, p. 22). Dessa forma, o seu modo de organização social, assim como as suas tradições e costumes sempre foram recebidos com estranhamento.

Ao migrarem para a Europa Ocidental a partir do século XV, muitos ciganos afirmavam que originavam de uma região denominada “Pequeno Egito”. Na verdade, trata-se de uma região existente na Grécia, contudo, para os europeus da época tratava-se do Egito, na África. Devido a esta suposta origem, os ciganos passaram a ser denominados de *egípcios* ou *egitanos*, *gitan* (francês), *gitano* (espanhol), *gypsy* (inglês). Havia outros grupos que se apresentaram como gregos e atsinganos e, dessa forma, foram denominados de ciganos (português), *zíngaros* (italiano), *tsiganos* (francês) e *grecianos* (espanhol antigo).

Há outras denominações na literatura que não remetem às supostas origens egípcia ou grega. São conhecidos como *zigeuner* na Alemanha e na Holanda, e na França são também denominados de *romanichel*, *manouches* e *boémiens*. Os ciganos também foram confundidos com os tártaros e os mongóis na Sibéria e na Ásia Central. Estas denominações foram construídas pelos europeus naquele período e utilizadas ao longo dos séculos até o tempo presente (MOONEN, 2013).

Os ciganos, no entanto, utilizam autodenominações diferentes que se referem aos três grandes grupos étnicos, a saber: os Rom ou Roma que falam a língua *romani* e dividem-se em vários subgrupos com denominações próprias, muitas vezes relacionadas ao seu ofício, tais como os Kalderash, Matchuaia, Lovara. Encontram-se distribuídos principalmente nos países balcânicos, sendo que, a partir do século XIX, eles imigraram para países da América, entre os quais o Brasil. O segundo grupo seriam os Sinti que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

falam a língua *sintó* e são encontrados principalmente na Alemanha, Itália e França onde neste último são também denominados de *manouch*. Por fim, temos os Calon ou Kalé que falam a língua *caló*. São também conhecidos como “ciganos ibéricos” vivendo principalmente em Espanha e Portugal, mas migraram para diversos países europeus e foram deportados para a América do Sul, principalmente no Brasil durante o período colonial.

Em território brasileiro, entre os anos de 1685 e 1686, a deportação dos ciganos aconteceu de modo substancial sendo que as regiões do Maranhão, Pernambuco e Bahia foram as que receberam inicialmente o maior fluxo de ciganos. O degredo imputado pela Coroa Portuguesa seria para os ciganos espanhóis que entrassem em solo lusitano e, neste caso, o Maranhão tornou-se o primeiro destino. Ao mesmo tempo, os ciganos portugueses eram submetidos a políticas de assimilação pela coroa.

Os governos destas capitanias realizaram sanções e normativas, entre as quais a proibição do uso da língua e de gírias e que não fossem transmitidas para seus filhos com a intenção de que deixassem de ser faladas. Segundo Rodrigo Teixeira (2006) não possuímos, até o momento, documentos que forneçam a quantidade de ciganos que foram deportados para o Brasil. No século XVIII, têm-se registros de ciganos em Minas Gerais e em São Paulo por meio de uma “[...] grande disseminação dos bandos nômades pelas vastas terras interiores do Brasil” (CHINA, 1936, p. 12).

Em São Paulo, as atas da Câmara Municipal registraram a presença de ciganos em 1726, 1760 e 1768. Em Minas Gerais, a penetração destes pela capitania deu-se pelo vale do São Francisco pela “[...] extensão e características físicas do território, ainda que Minas dispusesse de inúmeras estradas e caminhos, eram os vales fluviais que cumpriam a função de ser a principal forma de adentrar o sertão” (TEIXEIRA, 2006, p. 32). Quanto ao Espírito Santo, há poucos subsídios que tratam sobre a presença cigana em documentos oficiais principalmente no período colonial e império.

De um modo geral, os documentos da época associam os ciganos com a bandidagem local sem que nada seja efetivamente comprovado. Além disso, alojar ciganos era crime previsto sujeito à deportação para Angola e qualquer pessoa poderia prender ciganos e entregá-los às autoridades podendo “[...] a pessoa tomar-lhes os bens, ouro, roupas ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cavalos! (MOONEN, 2008, p. 126). Durante o período imperial, o Rio de Janeiro foi considerado a “capital da ciganada”, o que conferiu certo status aos ciganos que lá residiam. Era muito comum a presença de artistas ciganos realizando apresentações na Corte Imperial, além de uma participação efetiva dos ciganos no comércio de escravos.

Já no século XIX, nas províncias percorridas pelos ciganos, porém, a repressão, intolerância e perseguições eram frequentes e as suas práticas de comércio, de quiromancia e “feitiçaria cigana” eram muito mal vistas e afrontavam a ordem vigente. Outro fator que incomodava as autoridades locais era o nomadismo dos grupos o que fomentava a desconfiança entre a polícia da época que via tal prática como uma forma de fuga dos delitos cometidos pelos ciganos. Com o advento do nacionalismo e do projeto de modernização do país agravados pela Proclamação da República, transformam os ciganos em uma espécie de ameaça aos ideais progressistas do período, apesar de não serem os únicos,

[...] eram considerados um obstáculo à implementação desse projeto modernizante, gerando fortes reações tanto por parte das autoridades quanto à população do período, fator que contribuiu muito o agravamento de um processo de isolamento destes ao longo das décadas e, sobremaneira, para concretização de uma situação contemporânea de perceptível invisibilidade política, econômica, social e cultural dos ciganos no Brasil (BORGES, 2007, p. 07).

Há, portanto, um recrudescimento quanto a criminalização dos grupamentos ciganos existentes no final do século XIX, o que acarretou uma repressão policial mais sistemática. Diligências policiais eram frequentemente noticiadas nos jornais e as consequentes prisões e mortes de ciganos. Segundo Rodrigo Teixeira, a criminalização dos grupos ciganos no Oitocentos tornou-se mais acentuada, devido a um emergente conceito de civilização e progresso:

O impulso que a política de construção de uma identidade nacional teve, a partir da Independência, gerou um cerceamento cada vez maior tanto dos deslocamentos quanto da própria identidade dos ciganos. Tal fato se deu pelo crescimento da importância da ideia de modernização e civilização dos costumes juntos à elites brasileiras, que pretenderam estabelecer um reordenamento físico das cidades, higienizar as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos que não se adequem à nova ordem. Embora “civilização” e “progresso” fossem expressões fundamentais na cultura europeia desde o fim dos setecentos, no Brasil foi no transcurso do século XIX que se almejavam tais metas, cada vez mais. Desse momento em diante intensificou-se a repressão das populações marginalizadas, entre elas os ciganos. Eles tanto não se enquadravam na nova ordem como, também, segundo a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sociedade acreditava, a ameaçavam. Assim, a segregação ou expulsão dos ciganos da cidade passa a integrar o projeto “civilizador” das autoridades imperiais “(TEIXEIRA, 2006, p. 16).

Desde o final do século XIX, houve um grande desenvolvimento das ciências naturais e das ciências exatas, o que possibilitou descobertas nos campos da Biologia, Física, Química, entre outras. Foi um período marcado por um grande avanço tecnológico que repercutiu imediatamente no campo econômico. O desenvolvimento das ciências proporcionou a proliferação do discurso higienista em diversas áreas de conhecimento como a criminologia, a psiquiatria e a psicologia. No Brasil dessa época,

[...] a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a incipiente industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país. Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia a dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc. O discurso médico higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país (MANSANERA, 2000, p. 117).

A perspectiva higienista compreendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram responsáveis pelo surgimento de doenças. Segundo o discurso higienista, não era possível construir uma grande nação com raças consideradas inferiores, atreladas à mestiçagem, à indolência e a toda sorte de vícios. Nesta questão, o Higienismo fundamentava-se à Eugenia. O termo foi estabelecido pelo fisiologista inglês Francis Galton (1822-1911) para designar a ciência que tratava do estudo e aprimoramento das qualidades hereditárias da raça humana. Segundo ele, a seleção artificial poderia melhorar as características hereditárias nos seres humanos assim como nos animais.

Estas concepções alcançaram terreno fértil entre os intelectuais brasileiros do final do século XIX. Introduzidas por sociólogos, médicos, literatos e juristas, considerou-se os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

efeitos físicos e culturais produzidos pela miscigenação das raças humanas. As pesquisas surgidas a partir daí possuíam claramente um forte cunho racista. A constituição étnica e racial da população brasileira tornou-se um tema fortemente debatido e a consequente preocupação um forte cunho ideológico. Naquele momento, o regime republicano enfrentava uma série de convulsões sociais em função da abolição da escravatura, da imigração europeia e a migração de trabalhadores rurais e antigos escravos para os centros urbanos, acrescida de um processo de industrialização emergente.

As questões sociais não tiveram o tratamento devido, pelo contrário, o clima tropical e a constituição étnica do povo impediam o desenvolvimento social e econômico de forma harmônica, e a mistura com raças inferiores constituía um grande ameaça para o sucesso deste projeto modernizador. Diante disso, os ciganos, assim como os negros, os pardos, os imigrantes pobres e as classes menos favorecidas representavam uma ameaça às concepções republicanas do período.

O ESTANDARTE E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS CIGANOS

A escassez de documentos oficiais que tratam sobre as populações ciganas no estado do Espírito Santo atribui uma maior relevância à imprensa enquanto documento histórico. No caso deste artigo, o final do século XIX e as transformações socioeconômicas ocorridas no período, nos possibilita apreender os discursos existentes na sociedade do período histórico referenciado. Para Nóvoa (2002), a imprensa representa um lugar ideal para compreender a multiplicidade do cotidiano sociocultural. Em função da sua periodicidade com a informação, ela permite a socialização do indivíduo, além de apresentar as disposições éticas e estéticas que orientam uma comunidade. Assim, podemos dizer que “[...] a imprensa pode expressar valores, direcionar e informar o indivíduo para um determinado sistema de organização social” (DURANTE, 2014, p. 66). Além disso, a produção de informação realizada pelos jornais ocorre de modo diferenciado, através de uma linguagem simples, clara e permeada por diversos atores sociais.

Dessa forma, a imprensa é a medida utilizada para analisarmos, mesmo que de forma pontual, as representações sobre os ciganos em território espírito-santense no final do século XIX. O impresso torna-se objeto cultural que nos possibilita observar conceitos de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apropriação, prática e representação. Assim, compreendemos que as representações se tornam forças reguladoras da vida coletiva por onde ocorre a classificação e a ordenação do mundo social. Segundo Roger Chartier (1988), as representações atuam no mundo social de modo articulado através de três modalidades:

[...] o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, e, por fim, significar simbolicamente um estatuto e posição e as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1988, p. 24)

No caso específico dos jornais capixabas, as práticas de escrita que surgiram principalmente no final do século XIX contribuíram para o aparecimento de intelectuais que utilizavam os periódicos como instrumento de veiculação de informações e produção de saberes do período. Tais conhecimentos buscavam homogeneizar e disciplinar as camadas sociais, uma vez que certas concepções eram privilegiadas em detrimento de outras.

O jornal capixaba *O Estandarte* teve a sua primeira edição publicada em 05 de abril de 1868 e definia-se como “um jornal político, literário e noticioso”, além de defender as ideias constitucionais. Possuía como redator Bazílio Carvalho Daemon, membro do partido conservador e deputado provincial. De acordo com os dados fornecidos pela Hemeroteca Digital e pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), o jornal encerrou as suas atividades em 1873. Abaixo, reproduzimos o fragmento da primeira edição do periódico.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021



Figura 01: Fragmento da primeira página do *O Estandarte* (1ª edição). Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

O texto intitulado “Os ciganos-história, língua e costumes” foi publicado em três edições do periódico analisado: 03 de fevereiro de 1871, 10 de dezembro de 1871 e 17 de dezembro de 1871. Dotado de um forte cunho literário, elemento recorrente na incipiente imprensa brasileira do final do século XIX, trata-se de um artigo francês que foi traduzido e respectivamente replicado no impresso.

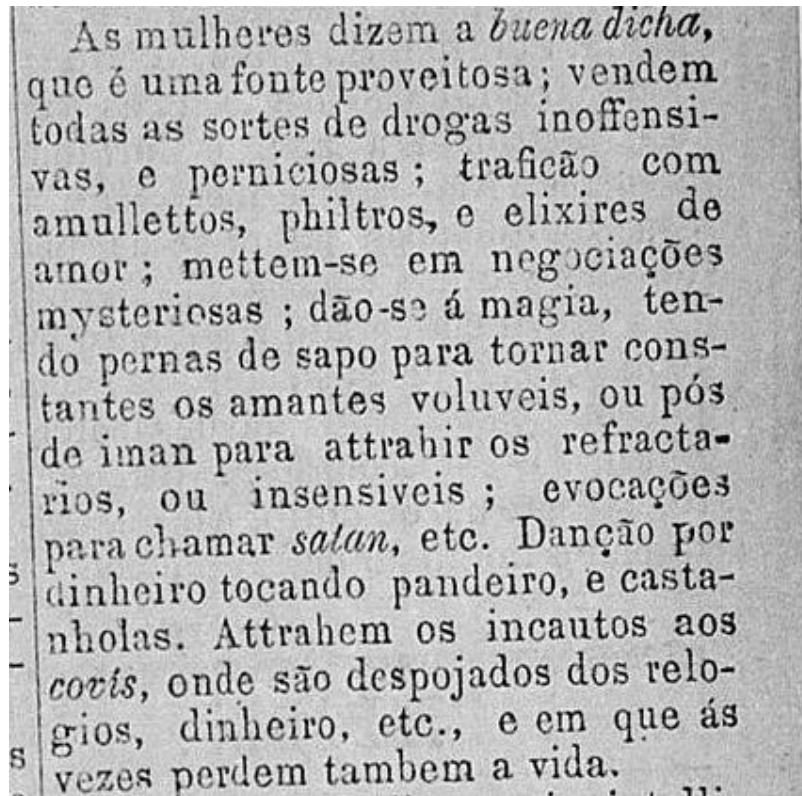
ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021



Figuras 02 e 03: Fragmentos do jornal *O Estandarte* (1871)

Ao longo de todo o artigo, nos é possível verificar as diversas denominações dadas aos povos ciganos como anteriormente discutidas neste artigo, como também possíveis origens e comportamentos e vícios esperados desta minoria étnica. A história dos ciganos trata-se de um dos principais temas do ensaio com um claro viés eugenista. Além disso, percebemos as classificações que organizam o cigano no meio social ao longo do texto: além das diversas designações imputadas a eles ao longo dos séculos, o personagem errante, a sua origem incerta, o nomadismo, a vadiagem e as práticas de feitiçaria atribuída a mulher cigana encontram-se presentes ao longo do texto.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



As mulheres dizem a *buena dicha*, que é uma fonte proveitosa; vendem todas as sortes de drogas inoffensivas, e perniciosas; tráfico com amuletos, philtros, e elixires de amor; mettem-se em negociações mysteriosas; dão-se á magia, tendo pernas de sapo para tornar constantes os amantes voluveis, ou pós de iman para attrahir os refractarios, ou insensiveis; evocações para chamar *salan*, etc. Dançam por dinheiro tocando pandeiro, e castanholas. Attrahem os incautos aos *corís*, onde são despojados dos relógios, dinheiro, etc., e em que ás vezes perdem tambem a vida.

Figura 04: Fragmento do Jornal *O Estandarte* (1871)

O impresso analisado é consoante com as pesquisas que desenvolvemos sobre as populações ciganas no Espírito Santo em que é considerável o aumento de notícias que tratam sobre a presença cigana nos jornais capixabas entre o final do século XIX e início do século XX. A entrada destas comunidades representavam uma grande preocupação para as autoridades do período. A criminalidade e a vadiagem eram temas recorrentes nos impressos do período referenciado. Em muitos deles, há relatos de crimes e detenções ocasionadas pelos ciganos. Nestes casos, a repressão das forças policiais baseava-se, em grande parte, em pressupostos higienistas, uma vez que a dinâmica do Estado via os grupos ciganos como perigosos e desnecessários, como também eram responsáveis por diversos roubos e por corromperem os costumes calcados na moral burguesa. Dessa forma, os ciganos eram vistos como incivilizados, e seus valores eram “[...] tidos como algo tão absurdo que nem sequer eram percebidos como sendo traços de outra cultura” (TEIXEIRA, 2007, p. 69).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

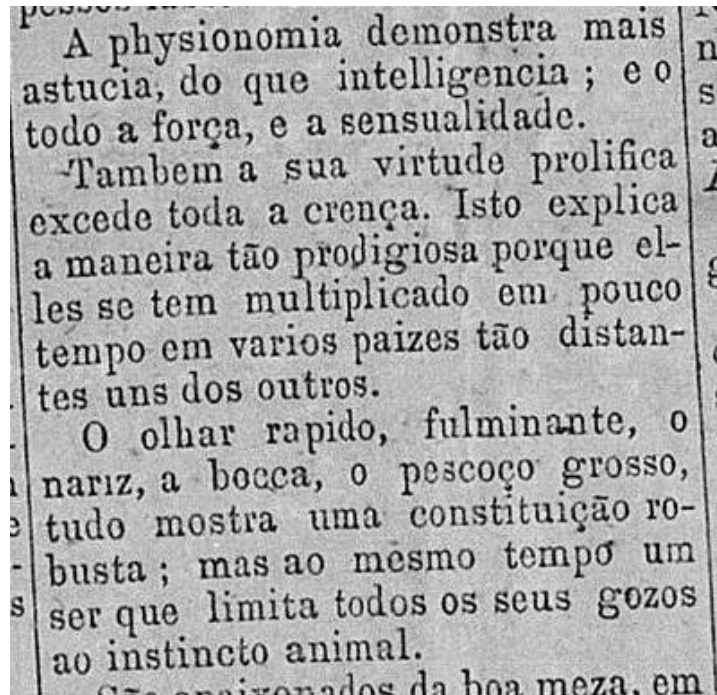


Figura 05: Fragmento de *O Estandarte* (1871)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos ciganos demonstra que a imprensa contribuiu de modo veemente para a construção de representações que promoveram a desqualificação e a consequente exclusão desta minoria étnica no estado do espírito Santo no final do século XIX. Faz-se necessário compreender, entretanto, que o interesse da população por este tipo de reportagem reforçou os veículos de comunicação do período a atender os diversos setores sociais e consequentemente as suas demandas, o que lhes dava a oportunidade de desenvolver temas de notícias que proporcionassem interesse ao grande público leitor. Assim, quando nos reportamos aos modos de comunicação as relações comunicação e público e comunicação e poder,

[...] sem o público, que lhe dá respaldo real e simbólico, os meios de comunicação não adquirem poder suficiente para se tornar intermediários possíveis entre o poder e o público ou para participar efetivamente do jogo de barganha do poder com que também construíram sua história no Brasil (BARBOSA, 2009, p. 67)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REFERENCIAS

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BORGES, Isabel. *Cidades de portas fechadas: A intolerância contra os ciganos na organização urbana na Primeira República*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural em práticas e representações*. Lisboa, Bertrand, 1988.

CHINA, José B. O. *Os Ciganos no Brasil: Subsídios históricos, etnográficos e linguísticos*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1936.

DURANTE, Daniela. *Ciganos nas terras do Espírito Santo: representações sociopolíticas (1870-1936)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-graduação em História, 2014.

MANSANERA, Adriano. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, V. 5, n.1, p 115-137, 2000.

MOONEN, Frans. *Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil*. Juiz de Fora, Centro de Cultura Cigana, 2008. Documento disponível em [HTTP: www.dhnet.org/direitos/sos/ciganos](http://www.dhnet.org/direitos/sos/ciganos). Acessado em 10 de julho de 2009.

_____. *Políticas Cigana no Brasil e na Europa: Subsídios para Encontros e Congressos Ciganos no Brasil*. In: acesso em 01/08/2020

TEIXEIRA, Rodrigo. *Ciganos em Minas Gerais: uma breve história*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.